

ALGUNS CONCEITOS PARA A HISTÓRIA DA LITERATURA

Rodrigo Octávio A. B. Cardoso (UFF)

Prof.^a Diana Klinger (UFF)

Resumo: Neste trabalho procuro elucidar a tarefa do historiador da literatura através de uma reflexão sobre o conceito de história em sua relação com a memória e o esquecimento. A partir da descrição do surgimento da disciplina da história no início da modernidade, no fim do século XVIII, que aparece juntamente à literatura em torno de uma figura etnocêntrica do homem, conforme apresenta Foucault em *As palavras e as coisas*, procuro elaborar uma crítica a certas premissas historicistas e etnocêntricas em textos historiográficos de Machado de Assis (*Notícias da atual literatura brasileira. Instinto de nacionalidade*) e Antonio Candido (*Formação da literatura brasileira*), problematizando as noções de sistema literário, alternância e continuidade na literatura, em favor de uma concepção mais em acordo com a ordem do acontecimento. Busco, por fim, através das reflexões de Walter Benjamin em suas teses “Sobre o conceito de história” apontar para um sentido político no trabalho do historiador.

Palavras-chave: História. Sistema literário. Etnocentrismo. Acontecimento.

A grande musa celebrada da narrativa, desde Homero, é Mnemosyne. É a rememoração que preenche a duração, a abertura para o futuro, na qual se desenrola uma narrativa. A grande musa da História, entretanto, seja talvez Lethe. É certo que a História serve para recordar, mas o que a mobiliza é justamente o esquecimento. A História busca fornecer um suplemento à memória do esquecido. E é porque

esquecemos e continuaremos esquecendo que haverá sempre trabalho fresco para o Historiador. Sua tarefa é recordar, quando todos parecem esquecer. Mas, como nos lembra Jacques Rancière no seu *A partilha do sensível*, “o real precisa ser ficcionado para ser pensado” (2005, p.58). Assim, navegando contra a corrente das águas de Lethe, o rio do esquecimento, o Historiador conduz um barco guiado por Mnemosyne, tecendo textos que servirão de auxílio à navegação, mas cujo destino é ser absorvido pelo rio que buscava navegar.

Se queremos discutir o conceito de História da Literatura, não o podemos fazer fora de uma discussão sobre a modernidade, uma vez que tanto a disciplina da História, quanto o conceito de literatura, surgiram no limiar da modernidade, na passagem do século XVIII ao XIX. Foucault descreve esse aparecimento em *As palavras e as coisas*, afirmando que é neste mesmo momento e neste mesmo movimento que surge também o homem como figura para o saber, de modo que essas três instâncias permanecem de certo modo entrelaçadas. Para o saber centro-europeu, nos séculos anteriores, a História era um fluir único que carregava consigo, segundo os desígnios da divina Providência, todos os seres em um grande e homogêneo devir cosmológico. Na modernidade que se anuncia em meio aos tempos conturbados da Revolução francesa, e essa é uma das teses centrais de *As palavras e as coisas*, há uma reconfiguração geral nas estruturas da episteme, na qual surgem noções antes desconsideradas pelo discurso do saber. Determinado como espécie viva em uma cadeia evolutiva, como falante de uma língua resultante de um percurso histórico próprio, e como trabalhador ou proprietário em uma sociedade estruturada em torno dessa oposição, o homem surge também aí, desistoricizado, uma vez que é apenas constituído por essas distintas histórias. Mas, na medida em que este saber se volta para si e encontra-se como seu produtor (este homem burguês centro-europeu), representa-se a si nessas histórias, colocando-se aí ora como sua origem, ora como sua finalidade. Então, como escreve Foucault:

a História se dividiu, segundo um equívoco que sem dúvida não é possível vencer, entre uma ciência empírica dos acontecimentos e esse modo de ser radical que prescreve seu destino a todos os seres empíricos e a estes seres singulares que somos nós (FOUCAULT, 2007, p.300)

O discurso moderno, que percebe o homem como um produto de várias histórias, insiste ainda, entretanto, em imaginá-lo como sua origem, como se em cada

movimento dessa história se repetisse algo como a natureza humana, atribuindo-lhe movimento, e, ainda, como se essa história tivesse um *télos*, um destino ou fim, que se consumaria quando essa natureza humana encontrasse sua plena realização. (É assim que duas concepções tão opostas como o liberalismo e o marxismo puderam se desenvolver sob este mesmo signo, essa ideia de acabamento da história, que no liberalismo se daria por um movimento natural de compensações, tendendo a um equilíbrio (chamado recentemente, mas já em vias de esquecimento, o fim da história) ou, no marxismo, pela culminação da exploração crescente do trabalho capitalista, na revolução proletária e o fim da luta de classes.)

Grande filósofo dessa transformação, do surgimento da História, Hegel deu uma grande contribuição filosófica e anti-metafísica ao afirmar a imanência da realidade na história: não existem senão fenômenos históricos. Mas essa concepção é ainda muito atravessada por um pensamento teológico e um messianismo de tipo cristão que pode ser percebido claramente na seguinte citação:

A Europa alcança a verdade, depois de a ter recusado e na medida em que a recusou. É esse movimento que constitui, para falar a verdade, o governo da Providência; ela faz com que a infelicidade, o sofrimento, os fins particulares e a vontade inconsciente dos povos sirvam para a realização do seu fim absoluto e da sua glória. (...) Que a História universal é o curso desse desenvolvimento e o devir real do Espírito sob o mutável espetáculo de suas histórias – eis a verdadeira *Teodiceia*, a justificação de Deus na História. (HEGEL apud d'HONDT, 1987, p.68)

No mesmo livro, *Lições sobre a filosofia da história*, Hegel afirma ainda que o espírito, depois de uma “introdução” na África, teria migrado do oriente para o ocidente, onde encontraria o seu ápice. Para ele a escrita da história é a autobiografia do espírito universal. Esse espírito corresponderia ao movimento integrado de todas as subjetividades individuais. A história, portanto, seria racional em cada um de seus momentos e se desenvolveria como um progresso constante da realização dessa racionalidade. Como a citação acima deixa claro, esta concepção tem uma estrutura temporal, mas também espacial e esse progresso não se daria da mesma maneira em todas as partes. Desse pensamento histórico, muitíssimo influente nos séculos XIX e XX, decorre uma concepção claramente etnocêntrica, na qual as formas que se praticava

então na Europa se tornam como que paradigmáticas de um progresso e uma racionalidade que todos os outros povos deveriam alcançar.

Conseqüentemente, as manifestações literárias foram pensadas historicamente segundo categorias hierarquizantes que apresentavam fenômenos contemporâneos como pertencentes a diferentes etapas de um desenvolvimento histórico uniforme, classificando-os, assim, como primitivos, civilizados ou modernos. Atribuindo à produção artística da metrópole o status de presente histórico e às produções marginais a responsabilidade ou necessidade de se “atualizar”. Se o europeu civilizado vive o presente histórico e um habitante das cidades na América Latina vive “em relativo atraso”, um membro de uma tribo ameríndia ou africana é dito primitivo, com uma produção cultural arcaica, ainda que muitas dessas populações tenham contatos e plena consciência do modo de vida civilizado, e participem dessa história, mesmo que resistindo a integrar-se a ela.

Essa descrição, que homogeneiza o globo terrestre atribuindo uma única forma adequada para um determinado momento histórico, explicaria talvez a afirmação indubitavelmente racista de Machado de Assis na célebre crônica *Notícia da atual literatura brasileira. Instinto de nacionalidade*. Em resposta ao indigenismo romântico ele escreve:

Entrou a prevalecer a opinião de que não estava toda a poesia nos costumes semibárbaros anteriores à nossa civilização, o que era verdade, — e não tardou o conceito de que nada tinha a poesia com a existência da raça extinta, tão diferente da raça triunfante, — o que parece um erro.

É certo que a civilização brasileira não está ligada ao elemento indiano, nem dele recebeu influxo algum; e isto basta para não ir buscar entre as tribos vencidas os títulos da nossa personalidade literária. (ASSIS, p.2)

A noção de que uma raça deveria triunfar sobre as demais, que não merecem ter lugar na existência, busca responder a essa questão sobre o espírito, o desenvolvimento do espírito na literatura e compatibilizá-la com a noção de progresso. A ideia de que o “elemento indiano” não influenciou na civilização brasileira, por sua vez, já foi inúmeras vezes, e com muitos argumentos e evidências, rebatida e desbaratada. Pelo modernismo

dos anos vinte, por Sérgio Buarque e Darcy Ribeiro, e, mais recentemente, pelo professor Marcos Bagno e muitos outros linguistas, mostrando como há não só heranças vocabulares, mas também sintáticas, do tupi no português brasileiro.

A leitura da história como movimento hegemônico, centrada em uma narrativa etnocêntrica permeia também alguns dos trabalhos mais importantes da historiografia literária brasileira no século XX. Em seu *Formação da literatura brasileira*, Antônio Cândido escreve:

Há literaturas de que um homem não precisa sair para receber cultura e enriquecer a sensibilidade; outras, que só podem ocupar uma parte da sua vida de leitor, sob pena de lhe restringirem irremediavelmente o horizonte. Assim, podemos imaginar um francês, um italiano, um inglês, um alemão, mesmo um russo e um espanhol, que só conheçam os autores da sua terra e, não obstante, encontrem neles o suficiente para elaborar a visão das coisas, experimentando as mais altas emoções literárias.

Se isto já é impensável no caso de um português, o que se dirá de um brasileiro? (CÂNDIDO, 1985, p.9)

Assim, não só se define o que é literatura adotando de forma irrestrita o modelo europeu como paradigma, como também se afirma que só nas culturas que têm esse modelo desenvolvido as pessoas possam “elaborar a visão das coisas”. Eu não quero colocar aqui em questão o valor da literatura para “elaborar a visão das coisas”, mas vincular tão naturalmente uma à outra é sintoma de um agudo etnocentrismo, não só no eurocentrismo revelado nos modelos, quanto na hierarquização da experiência e compreensão do mundo que privilegia a vivência do homem urbano “civilizado” em detrimento de outras formas culturais que possuem, entretanto, outras formas de constituir visões de mundo amplas e eficazes.

A conceituação de Cândido, além disso, prende-se à noção de sistema, separando aquilo que ele chama de literatura, do que seriam meras “manifestações literárias”. Eu cito:

Quando a atividade dos escritores de um dado período se integra em tal sistema, ocorre outro elemento decisivo: a formação da continuidade literária, – espécie de transmissão da tocha entre

corredores, que assegura no tempo o movimento conjunto, definindo os lineamentos de um todo. É uma tradição, no sentido completo do termo, isto é, transmissão de algo entre os homens, e o conjunto de elementos transmitidos, formando padrões que se impõe ao pensamento ou ao comportamento, e aos quais somos obrigados a nos referir, para aceitar ou rejeitar. Sem esta tradição não há literatura, como fenômeno de civilização. (Idem, p.24)

Assim, uma literatura nacional se constitui quando há um sistema *consciente* (de escritores, leitores e um meio de transmissão – linguagem literária). Antes há *manifestações literárias*. Compreendo que a preocupação de Cândido é estabelecer o “patrimônio de uma civilização”, organizando e valorizando a produção realizada no país. E, nesse sentido, o livro faz um excelente trabalho. Mas a noção de sistema implica um reducionismo que não coincide com a multiplicidade complexa da realidade e a singularidade das obras artísticas. É também essa noção de sistema que sustenta as periodizações da literatura (a que Cândido faz importantes ressalvas, mostrando sua limitação). Pelo uso do sistema e da periodização se procura identificar alguns poucos aspectos que caracterizariam, de um modo geral, tendências e estilos, assim uniformizados em uma determinada época. Daí decorrem certas construções esquemáticas, usadas principalmente com fins pedagógicos, como as que atribuem alternâncias histórico-dialéticas simplificadas que conhecemos bem de algum decoreba de pré-vestibular: barroco – subjetivo, clássico – objetivo, romântico – subjetivo, realista – objetivo...

Para Cândido a literatura deve ser considerada apenas enquanto sistema, fora daí haveria meras “manifestações literárias”. Uma literatura nacional se constitui quando há um sistema *consciente* (de escritores, leitores, em torno de uma linguagem literária própria). Antes há *manifestações literárias*. Mas a noção de sistema implica um reducionismo que não coincide com a multiplicidade complexa da realidade e a singularidade e excepcionalidade das obras artísticas. É também essa noção de sistema que sustenta as periodizações da literatura (a que Cândido, por sua vez, faz importantes ressalvas, mostrando sua limitação) que procura identificar alguns poucos aspectos que caracterizariam, de um modo geral, tendências e estilos, assim uniformizados em uma determinada época. Como um contraponto a esse tipo de programa, seria útil lembrar de uma máxima de Godard: “A cultura é a regra, a arte é a exceção.”

A história não pode ser descrita como o simples desenrolar de uma narrativa clássica, segundo um princípio de causalidade e progressão. Múltiplas forças e possibilidades a atravessam e a composição de uma narrativa é sempre um ato forçoso, uma tentativa de produzir um sentido para uma série heterogênea e relativamente desconexa de acontecimentos. Muito mais parecida com uma montagem cinematográfica que com a recomposição das peças de um quebra-cabeça. Isto não significa que o historiador vá abdicar de qualquer noção de verdade, mas que necessariamente deverá entrar em uma torrente caótica de interpretações, que precisará interpretá-las, e que mesmo isto, diria Nietzsche, é já uma interpretação.

Em sua sexta tese *Sobre o conceito de história*, Benjamin escreve:

Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo ‘como ele de fato foi’. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo. (...) Em cada época, é preciso arrancar a tradição ao conformismo, que quer apoderar-se dela. (BENJAMIN, 1985, p.224)

Benjamin atribui assim ao historiador uma responsabilidade, ela mesma histórica e política, diante da iminência de algum acontecimento ameaçador, algum perigo. A proximidade com a memória aqui, a imagem do relampejo diante de um perigo, lembra também a descrição de Bergson em *Matéria e Memória*, para quem a memória é coextensiva ao corpo e constituinte da percepção presente, cuja função é preservar a vida. Ao perceber uma ameaça, a reminiscência relampeja o perigo, a musculatura se contrai para reagir. Diante do discurso daquele que Benjamin chama de vencedor, e que nós, hoje, poderíamos chamar de golpista, o historiador é aquele que, percebendo aí o perigo, busca arrancar a tradição ao conformismo que quer dela se apoderar.

Do ponto de vista da tradição dos oprimidos, escreve Benjamin na sétima tese, o estado de exceção é, na verdade, regra geral, e a tarefa do materialista dialético é construir “um conceito de história que corresponda a essa verdade” e, para isso, “considera sua tarefa escovar a história a contrapelo.” Isto é, analisar, criticar, questionar as grandes narrativas, encontrar ali (e porventura ajudar a eliminar) os carrapatos e parasitas que impedem a boa circulação do sangue, identificar feridas ocultas, que doem ainda, entretanto. Lidar com o trauma, o luto e a melancolia.

O crítico alemão Detlev Schöttker afirma que a famosa imagem utilizada por Benjamin, o Anjo que é arrastado pelas trovoadas messiânicas em direção ao futuro com o rosto voltado para o passado, contemplando-o como uma ruína, é uma variação de uma imagem do escritor alemão Wilhelm Raabe, que escrevia em sua *Crônica da Sperlingsgasse*, de 1856:

Sentada de costas no burrico cinzento chamado 'Tempo', a humanidade cavalga em direção a seu objetivo. (...) Com o rosto dirigido ao caminho trilhado, ao passado escuro, ela escuta os sinos a ressoar, esteja o animal a trotar por pacíficos vales floridos ou a chafurdar por sobre o sangue dos campos de batalha - ela escuta e sonha! (RAABE apud SCHÖTTKER, 2016)

A imagem do tempo como um burrico que caminha em vez de uma tempestade que atrai é certamente muito mais adequada a um temperamento mundano e profano. Raabe denuncia aí, também, a apatia da humanidade: o burro caminha por vales floridos ou pelo campo de batalha, a humanidade alienada escuta e sonha. Para Benjamin a Revolução se dá como a irrupção de um passado interrompendo o *continuum* da história. Que interrompe a marcha do burro. A obra literária, como acontecimento, poderia também ser pensada como irrupção que interrompe um *continuum*. Mas ela curiosamente, parece ter uma relação muito mais sutil com o decorrer da história. Ela tem um tempo de circulação mais lento, mais subterrâneo. Seus efeitos são difíceis de se medir. Ela parece rearticular premissas ocultas. A circulação dos textos faz circular também memórias, histórias, formas narrativas e diferentes composições de afetos e corpos. Nessa circulação, que permanece aquém da história, a própria história se torna instável, suas narrativas justapostas, sobrepostas e contrapostas à possibilidade da ficção, à fabulação criativa, mas também ao trauma duro e indizível, mais real que a própria história, e que hesitava em emergir.

Referências

- ASSIS, Machado de. *Notícias da atual literatura brasileira. Instinto de Nacionalidade*. Encontrado em de <http://machado.mec.gov.br/images/stories/pdf/critica/mact25.pdf> último acesso 26/10/2016
- BENJAMIN, Walter. “Sobre o conceito de história” in *Obras escolhidas: Magia e técnica, arte e política* (tradução Sérgio Paulo Rouanet). São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BERGSON, Henri. *Matéria e memória*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira vol.1*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada, 1997
- D’HONDT, Jacques. *Hegel* (tradução Emília Piedade). Lisboa: Edições 70, 1987.
- FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas* (tradução Salma Tannus Muchail). São Paulo: Martins Fonte, 2007.
- RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível: estética e política*. São Paulo: EXO experimental org. Ed. 34, 2005.
- SCHÖTTKER, Detlev. *História de vida como história do mundo - Walter Benjamin reescreve A Crônica da Rua dos Pardais, de Wilhelm Raabe* (tradução Susana Kampff Lages, Flora Sette e Rodrigo Octávio Cardoso). A ser publicada no n.94 da Revista Letras, da UFPR. Texto original em: *Text + Kritik*: Número especial sobre Walter Benjamin. 3. ed., nova versão. Munique, nº. 31/32, p. 19-30, 2009.